

Instituto Odeon

**Demonstrações financeiras de 31/12/2016 e
Relatório do auditor independente**

Junho de 2017

CONTEÚDO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	3
--	---

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL.....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores do
INSTITUTO ODEON

Opinião

Examinamos as Demonstrações financeiras do Instituto Odeon ("Instituto" ou "Entidade"), que correspondem ao Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas Demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Odeon em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1), complementadas pela norma aplicável às Pequenas e Médias Empresas – PME's (NBC TG 1000 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfases

Embora não tenha sido objeto de ressalva em nossa Opinião, e conforme requerido na Norma de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade aprovada pela NBC-TA 706, os assuntos a seguir são considerados relevantes para os usuários das Demonstrações contábeis:



- 1) Conforme descrito na Nota explicativa nº 1, o Instituto Odeon detém a concessão para gestão do Museu de Arte do Rio - MAR, cujo contrato firmado com o poder público tem sido renovado periodicamente, sendo que o último Instrumento contratual para este fim foi firmado em 24 de abril de 2017 e vencerá em 27 de abril de 2019. Atualmente, a exploração do Museu é a principal fonte de receita para custeio das atividades do Instituto. Tal fato denota a necessidade de uma futura renovação do contrato de concessão em vigor, bem como o firmamento de novos Convênios ou Termos de Parceria que garantam a sua continuidade. O Instituto vem apresentando os seus registros contábeis com base em princípios contábeis aplicáveis às entidades operando em regime normal.
- 2) Conforme descrito na Nota explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2016 o Instituto mantém reconhecido no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo não circulante o valor de bens que pertencem a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e à Fundação Roberto Marinho que totalizam R\$ 74.849 mil, em face de os mesmos produzirem benefícios econômicos futuros nas suas operações. A leitura e o entendimento das Demonstrações financeiras do Instituto poderão ser diferentes se considerada a exclusão destes bens do balanço patrimonial em 31 de dezembro de cada ano. Cabe destacar que o saldo inclui o valor justo de acervo cultural de terceiros, de R\$ 26.301 mil, reconhecido no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, baseado em avaliação feita por especialistas.
- 3) Conforme apresentado na Nota explicativa nº 9, existe uma provisão de R\$1.273 mil constituída para cobrir eventual pagamento da indenização equivalente a 50% do valor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e outras verbas indenizatórias que seriam devidos caso o Instituto encerre as suas atividades e tenha que indenizar todos os funcionários então existentes.

Outros assuntos

- 1) Nossa auditoria foi conduzida para emitir uma Opinião sobre as Demonstrações financeiras do Instituto, consideradas em seu conjunto. O nosso trabalho não alcançou efetuar uma auditoria de cada Projeto, individualmente, executado pelo Instituto com vistas a atestar a regularidade de cada um.
- 2) As Demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós examinadas, cuja Opinião foi emitida em 19 de abril de 2016, contendo ressalvas sobre: i) a eventual necessidade de reconhecimento de ajustes de *Impairment* no ativo imobilizado e consequente correta utilização das taxas de depreciação. Este assunto foi reavaliado em nossa auditoria e o mesmo deixou de existir; ii) a ausência de controle e registro dos estoques de livros. Em 2016 este ativo foi inventariado e contabilizado; e iii) a não divulgação dos custos e despesas do Contrato de Gestão e do Plano Anual de 2014 para fins de comparabilidade, além erros na movimentação dos recursos de parcerias/convênios e ajustes de exercícios anteriores não justificados. Um destes assuntos diz respeito à representação da Demonstração do resultado conforme detalhado na Nota explicativa 2. h) e os demais deixaram de existir em 2016 uma vez que eles se referem a desconformidades do ano de 2014 em comparação com 2015. Adicionalmente, conteve ainda

os parágrafos de Ênfases acima mencionados. Por fim, foi tratado em "Outros assuntos" o mesmo assunto do item 1 acima.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório do auditor

Questionamos a Administração do Instituto se seriam divulgadas outras informações que se relacionariam com as Demonstrações financeiras de 2016, como por exemplo Relatório da Administração ou Informações Anuais. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores devem efetuar leitura e verificação de consistência dessas outras informações, se preparadas, com as Demonstrações financeiras. Fomos informados que outras informações não serão divulgadas.

Responsabilidade da Administração do Instituto sobre as Demonstrações financeiras

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 2 de junho de 2017.


TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC-MG 5.194





Domingos Xavier Teixeira
Sócio Diretor
Contador CRC MG 14.105-O

QUADRO I

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM

ATIVO	Nota explicativa nº	R\$		PASSIVO	Nota explicativa nº	R\$	
		31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.814.117	10.886.458	Fornecedores	5	889.064	433.861
Estoques		168.607	-	Obrigações sociais e trabalhistas	6	1.463.798	1.043.523
Outros ativos circulantes		-	2.635	Obrigações tributárias	7	104.074	395.647
		11.982.724	10.889.093	Recursos de parcerias e convênios	8	7.782.254	7.557.216
Não Circulante				Outros passivos circulantes		2.974	2.972
Imobilizado	4	74.849.099	50.525.836			10.242.164	9.433.219
	•	74.849.099	50.525.836	Não Circulante			
				Contrato de Gestão - Imobilizado com restrição	4	74.849.099	50.615.196
				Provisões para indenizações e contingências	9	1.272.798	1.021.775
						76.121.897	51.636.971
TOTAL DO ATIVO		86.831.823	61.514.929	Patrimônio Líquido	11		
				Patrimônio social		444.739	298.270
				Superávit do exercício		23.023	146.469
						467.762	444.739
				TOTAL DO PASSIVO		86.831.823	61.514.929

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações financeiras

QUADRO II

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM

		R\$	
	Nota explicativa nº	31/12/16	31/12/2015 Reapresentado
RECEITA BRUTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Coordenação e captação de projetos	12	306.000	258.999
		306.000	258.999
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
(-) Tributos incidentes sobre a receita bruta		(34.060)	(14.510)
		(34.060)	(14.510)
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		271.940	244.489
RECEITAS DE PROJETOS			
Recursos Contrato de Gestão Prefeitura		17.177.156	20.555.660
Recursos Contrato de Gestão Outros		1.881.865	2.139.600
Recursos Plano Anual		8.166.494	7.355.891
Recurso ICMS		62.228	289.485
Recurso ISS		611.346	-
		27.899.089	30.340.636
OUTRAS RECEITAS			
Receitas financeiras, líquidas		52.662	28.914
		52.662	28.914
GRATUIDADE			
Gratuidade concedida	15	1.881.570	1.430.888
		1.881.570	1.430.888
TOTAL DE RECEITAS		30.105.261	32.044.927
CUSTOS E DESPESAS			
Custos e despesas de prestação de serviços		(301.579)	(126.934)
CUSTOS E DESPESAS DE PROJETOS			
Do Contrato de Gestão Prefeitura	13	(17.177.156)	(20.555.660)
Do Contrato de Gestão Outros		(1.881.865)	(2.139.600)
Do Plano Anual	14	(8.166.494)	(7.355.891)
Do ICMS		(62.228)	(289.485)
Do ISS		(611.346)	-
		(27.899.089)	(30.340.636)
GRATUIDADE			
Gratuidade concedida	15	(1.881.570)	(1.430.888)
		(1.881.570)	(1.430.888)
TOTAL CUSTOS E DESPESAS		(30.082.238)	(31.898.458)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		23.023	146.469

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações financeiras

QUADRO III

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM

	R\$		
	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 dezembro de 2014	160.029	(45.093)	114.936
Incorporação do déficit do exercício de 2014 ao Patrimônio social	(45.093)	45.093	-
Ajuste exercício anterior	183.334	-	183.334
Superávit do exercício	-	146.469	146.469
Saldos em 31 dezembro de 2015	298.270	146.469	444.739
Incorporação do superávit do exercício de 2014 ao Patrimônio social	146.469	(146.469)	-
Superávit do exercício	-	23.023	23.023
Saldos em 31 dezembro de 2016	444.739	23.023	467.762

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações financeiras

QUADRO IV

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
I) ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	23.023	146.469
Despesas (Receitas) que não afetam o disponível:		
. Baixa de imobilizado	19.554	-
. Depreciação	2.607.219	2.599.921
. Outros ajustes	2	-
	2.649.798	2.746.390
 Ajuste exercício anterior	 -	 183.334
Geração operacional	2.649.798	2.929.724
 (Aumento) de estoques	 (168.607)	 -
Redução de outros ativos circulantes	2.635	77.204
Aumento de fornecedores	455.203	417.279
Aumento de obrigações sociais, trabalhistas, encargos e fiscais	420.275	489.288
Aumento de obrigações com convênio	225.038	289.149
(Redução) Aumento de outros passivos circulantes	(291.573)	1.800
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.292.769	4.204.444
 II) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições do ativo imobilizado	(26.850.036)	(20.940)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(26.850.036)	(20.940)
 III) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento do caixa por obtenção de financiamento (Patrimonial)	24.484.926	-
(Redução) do caixa por pagamentos de financiamento (Patrimonial)	-	(2.041.051)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	24.484.926	(2.041.051)
 AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	927.659	2.142.453
 DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.886.458	8.744.005
- Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.814.117	10.886.458
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	927.659	2.142.453

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Odeon ("Instituto" ou "Entidade") é uma associação de caráter cultural, sem fins lucrativos, de direito privado, e de interesse social, que tem a missão de promover a cidadania e o desenvolvimento sócio educacional, por meio da realização de projetos culturais de atuação ampla, com os seguintes objetivos sociais:

- I. Promover, gerir e apoiar a conservação e revitalização do patrimônio histórico, cultural e artístico brasileiro;
- II. Realizar a gestão operacional de equipamentos culturais;
- III. Desenvolver projetos, programas e planos que possam promover a gestão e/ou a cogestão de espaços culturais e equipamentos públicos e privados relacionados com os objetivos do Instituto, promovendo a difusão das artes em suas múltiplas manifestações;
- IV. Pesquisar e estudar a arte dramática em suas múltiplas formas e manifestações, por meio de montagens teatrais adultas, infantis, infanto-juvenis, leituras dramáticas e seminários de teatro;
- V. Editar, distribuir e comercializar livros e publicações próprios ou de terceiros, de caráter artístico e cultural;
- VI. Captar recursos destinados a custear as atividades e ações necessárias para o cumprimento das finalidades do Instituto;
- VII. Promover projetos sociais que tenham por objetivo oferecer condições de inserção profissional de jovens carentes, visando especialmente a sua introdução no mercado de trabalho;
- VIII. Apoiar as atividades da "Odeon Companhia Teatral", grupo de teatro a que o Instituto se vincula desde a sua criação; e
- IX. Promover atividades educativas e de formação nas suas áreas de atuação.

Para cumprir seus objetivos, o Instituto poderá firmar convênios, contratos de gestão, termos de parceria, contratos privados e estabelecer intercâmbios promovendo iniciativas conjuntas com outras instituições públicas e/ou privadas, nacionais e internacionais, assim como realizar execução direta de apresentações, projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio de recursos físicos, humanos e financeiros obtidos por qualquer meio, inclusive doações, patrocínios, taxas de administração, e/ou captação e cessões, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

O Instituto Odeon é qualificado como Organização Social (OS) e tornou-se em 2012 parceiro na gestão do Museu de Arte do Rio – MAR com a Prefeitura da Cidade do Rio

de Janeiro. Com a assinatura do contrato de gestão, a experiência do Instituto Odeon no segmento cultural passa a ser utilizada no gerenciamento de um dos equipamentos mais importantes na revitalização da área portuária da cidade.

O contrato de gestão teve início em 27/04/2012 com término previsto para 26/04/2014, cujo valor totalizava R\$24 milhões. Foi aditado como segue:

- 1º Termo aditivo assinado em 27/04/2014 que teve como objeto principal a prorrogação de sua vigência, sendo renovado alterando o seu término para 27/04/2016;
- 2º Termo aditivo, assinado em janeiro de 2014, tratou de suplementação orçamentária de R\$ 4 milhões e também sobre o cronograma de desembolsos financeiros;
- 3º Termo aditivo, datado de 29/07/2015, reduziu a meta de visitação para 200.000 visitantes (anteriormente era de 260.000 visitantes);
- 4º Termo aditivo reduziu em 5% o valor a liquidar da parcela de 31/07/2015, no valor de R\$ 4.829.514 e modificou a redação dos indicadores 5.1 e 5.2; e
- 5º Termo aditivo, assinado em 4 de maio de 2016, que teve como objeto principal a prorrogação da vigência do contrato de gestão para 27/04/2017 e o aumento do valor do projeto em R\$14 milhões, passando para R\$ 41.7 milhões.

Em 24 de abril de 2017 foi firmado Instrumento Contratual nº 12.712/2017, cujo objeto é a cessão e conseqüente gestão para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de cultura e museologia a serem desenvolvidos no âmbito do equipamento cultural denominado Museu de Arte do Rio – MAR. O prazo de duração deste instrumento finda em 27 de abril de 2019 e terá um valor global de R\$ 19,7 milhões.

Não obstante, o Instituto busca a viabilização de seus projetos culturais por meio de Leis de incentivo à cultura, sendo a principal a Lei Federal 8.313/1991. Nesse sentido, a Entidade submete ao Ministério da Cultura anualmente o plano anual de atividade do MAR contemplando diversas atividades culturais (exposições, shows, programas editoriais e educativos, entre outros) que, ao serem aprovados, permite a busca por patrocínio incentivado junto à parceiros.

Além disso, o Instituto promove ações culturais junto aos diversos setores da sociedade, utilizando o teatro como ferramenta de inserção cultural e abordando temas que fazem emocionar e refletir. Assim, o Instituto reafirma suas bases conceituais e artísticas, que se expandem para todas as áreas da arte e da cultura. O horizonte é alcançar o desenvolvimento social por meio do fomento das potencialidades culturais e das singularidades de cada realidade, por isso, acredita-se na educação como o território que promove acesso e autonomia dos sujeitos, colaborando para que possam ser atuantes na comunidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que se traduzem nas normas que tratam dos aspectos contábeis específicos para entidades sem fins lucrativos, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (ITG 2002 - R1), bem como nas normas internacionais de contabilidade aplicáveis às pequenas e médias empresas – PME's (NBC TG 1000 - R1).

As principais políticas contábeis adotadas na preparação e na apresentação das Demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou estão descritas juntamente com as suas respectivas composições nas Notas explicativas constantes deste relatório. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios de 2016 e de 2015 e estão em linha com as determinações do OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Essas principais práticas contábeis de natureza geral, adotadas em 2016 e 2015, são as seguintes:

a) Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, tais como instrumentos financeiros, que são mensurados pelo valor justo.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime contábil de competência de exercícios. As receitas de serviços são reconhecidas quando o valor da receita possa ser estimado com segurança, for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pelo Instituto e a proporção dos serviços executados possam ser confiavelmente mensurados.

Considerando o NBC TG 07 (R1), as receitas de repasses do Contrato de Gestão e de Incentivos Fiscais Estadual, Federal ou Municipal, são reconhecidas como receitas ao longo do período e confrontadas com as despesas correspondentes. Sendo assim, os recursos recebidos nesse sentido estão inicialmente no passivo circulante, sendo reconhecidos como receita em base sistemática em contraposição das despesas incorridas.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual o Instituto opera, utilizada na preparação das Demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas com valores expressos em Reais.

d) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias, principalmente com relação a i) provisões tributárias, trabalhistas e judiciais, ii) depreciações e iii) outras obrigações.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes podem divergir dessas estimativas.

e) Provisão para contingência e indenizações

Uma provisão é contabilizada quando o Instituto possui uma obrigação constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões, quando necessárias, são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

f) Instrumentos financeiros

O Instituto valoriza os instrumentos financeiros (aplicações financeiras no Ativo) pelo seu valor de mercado em 31 de dezembro e está sendo demonstrado pelo custo de aquisição mais rendimentos auferidos e/ou mais os encargos incidentes até a data do balanço. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações financeiras representa o montante de caixa que receberia, conforme apropriado, se resgatasse estes valores na data do balanço.

g) Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

O Instituto não pratica transações com valores pré-fixados a prazo médio, bem como a longo prazo, em especial superiores a um ano. Assim, os saldos das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes. Por outro lado, os ativos estão ajustados ao custo mais rendimentos, que correspondem aos valores de realização se tivessem sido resgatados na data do balanço.

h) Reapresentação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Instituto findo em 31 de dezembro de 2015 foram emitidas em 16 de abril de 2016. Posteriormente à esta data, a Entidade decidiu rea-

presentá-las para refletir o valor da depreciação da edificação (Sede do Instituto Odeon) não contabilizados naquela data.

Os efeitos na Demonstração do resultado do exercício de 2015, deste ajuste podem ser assim demonstrados:

	R\$		
	31/12/2015 Reapresentado	Ajustes	31/12/2015
RECEITA BRUTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Coordenação e captação de projetos	258.999	-	258.999
	258.999	-	258.999
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
(-) Tributos incidentes sobre a receita bruta	(14.510)	-	(14.510)
	(14.510)	-	(14.510)
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	244.489	-	244.489
RECEITAS DE PROJETOS	30.340.636	2.140.000	28.200.636
OUTRAS RECEITAS	28.914	-	28.914
GRATUIDADE	1.430.888	-	1.430.888
TOTAL DE RECEITAS	32.044.927	2.140.000	29.904.927
CUSTOS E DESPESAS	(126.934)	-	(126.934)
CUSTOS E DESPESAS DE PROJETOS	(30.340.636)	(2.140.000)	(28.200.636)
GRATUIDADE	(1.430.888)	-	(1.430.888)
TOTAL CUSTOS E DESPESAS	(31.898.458)	(2.140.000)	(29.758.458)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	146.469	-	146.469

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários à vista e o montante das aplicações financeiras. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, conforme aplicável, não excedendo ao valor de mercado. Incluem também aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias.

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	34.498	118.827
Banco conta movimento	13.665	245.102
Aplicações financeiras	11.765.954	10.522.529
	11.814.117	10.886.458

As aplicações financeiras estão compostas por recursos de prestação de serviços e recursos de projetos e podem ser assim sumariadas:

		R\$	
	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Recursos próprios		469.812	341.446
Recursos de Projetos			
Contrato de Gestão	8	5.720.877	2.531.854
Plano Anual	8	4.904.259	7.637.300
ICMS Mar na Academia	8	-	11.929
ISS Mar na Academia 15-16	8	311.506	-
ISS Noés	8	23.712	-
ISS Mar na Academia 14-15	8	452	-
ICMS Escola do Olhar	8	335.336	-
		11.296.142	10.181.083
		11.765.954	10.522.529

4. IMOBILIZADO

O Imobilizado do Instituto Odeon é composto por bens recebidos da Secretaria Municipal de Cultura ou da Fundação Roberto Marinho. Os bens próprios são irrelevantes. A posse e controle desses bens são do Instituto, mas a sua propriedade é da Prefeitura do Rio de Janeiro ou da Fundação Roberto Marinho. Este Imobilizado e outros bens que porventura venham ser adquiridos com recursos oriundos do Contrato Gestão, deverão ser automaticamente incorporados aos bens de propriedade do Município do Rio de Janeiro. O registro destes ativos foi feito em 2015 com efeito retroativo a 1º. de janeiro de 2014, e considerou a essência sobre a forma, nos termos da Resolução nº 1.374/11 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata da Estrutura conceitual da contabilidade.

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear, adotando-se a vida útil máxima estabelecida pela Receita Federal para aplicação das taxas anuais de depreciação permitidas para fins fiscais atendendo também as orientações da Prefeitura do Municipal do Rio de Janeiro em seu ofício corroborando com este entendimento.

A movimentação do ativo imobilizado em 2016 e 2015 pode ser assim demonstrada:

R\$							
DESCRIÇÃO	31/12/2014	Aquisições	31/12/2015	Aquisições	Baixas	31/12/2016	
Contrato de Gestão							
Equipamentos	2.147.553	3.385	2.150.938	23.288	-	2.174.226	
Computadores e Periféricos	524.204	12.710	536.914	-	-	536.914	
Móveis e Utensílios	1.437.154	4.845	1.441.999	525.996	-	1.967.995	
Edificações	53.500.000	-	53.500.000	-	-	53.500.000	
Acervo de terceiros	-	-	-	26.300.752	-	26.300.752	
Próprio							
Computadores e Periféricos	4.956	-	4.956	-	(4.956)	-	
Móveis e Utensílios	14.598	-	14.598	-	(14.598)	-	
	57.628.465	20.940	57.649.405	26.850.036	(19.554)	84.479.887	
DEPRECIACÃO	31/12/2014	Depreciação	31/12/2015	Depreciação	Baixas	31/12/2016	Taxas anuais efetivas de depreciação
Contrato de Gestão							
Equipamentos	(544.384)	(215.085)	(759.449)	(125.953)	-	(885.402)	10%
Computadores e Periféricos	(193.840)	(104.403)	(298.243)	(24.236)	-	(322.479)	20%
Móveis e Utensílios	(251.843)	(140.453)	(392.296)	(325.944)	-	(718.240)	10%
Edificações	(3.424.667)	(2.140.000)	(5.564.667)	(2.140.000)	-	(7.704.667)	4%
Próprio							
Computadores e Periféricos	(796)	-	(796)	-	796	-	20%
Móveis e Utensílios	(8.118)	-	(8.118)	-	8.118	-	10%
	(4.423.648)	(2.699.921)	(7.023.669)	(2.616.133)	8.914	(9.630.788)	
Total do imobilizado	53.204.817	(2.578.981)	50.625.836	24.233.903	(10.640)	74.849.099	

5. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores de R\$ 889 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 434 mil em 2015) decorre de obrigações com terceiros a curto prazo.

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Plano Anual	131.910	-
Contrato de Gestão	731.393	433.861
ISS	22.395	-
Outros	3.366	-
	889.064	433.861

6. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Obrigações sociais e trabalhistas referem-se principalmente à folha de pagamento, seus encargos sociais (INSS, FGTS e etc.), férias e seus respectivos encargos, que podem ser assim demonstrados:

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Salários a pagar	304.306	303.779
Provisão para férias e encargos	769.675	625.756
Outras obrigações sociais	389.817	113.988
	1.463.798	1.043.523

As provisões de férias e encargos são aumentadas ou diminuídas de acordo com as solicitações de férias, admissões e demissões de empregados.

7. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Referem-se a impostos e contribuições a recolher e estão assim representadas:

		R\$	
	Nota	31/12/2016	31/12/2015
COFINS	a	13.515	363.212
ITCD	b	32.417	32.417
ISS retido sobre autônomos		33.598	-
Outras obrigações		24.544	18
		104.074	395.647

- a) O saldo de 2015 refere-se ao valor do principal e correspondente encargos incorridos até 31 de dezembro de 2015, calculado sobre as receitas operacionais relativas aos anos de 2013 a 2015. Os valores provisionados foram atualizados e recolhidos em agosto de 2016. O Instituto Odeon passou a recolher mensalmente os valores da COFINS; e
- b) Refere-se ao imposto relativo aos bens em doação de 2013 a 2015, acrescido dos correspondentes encargos calculados até 31 de dezembro de 2015. O Instituto Odeon fez uma consulta formal à Administração Fazendária e está aguardando resposta sobre o procedimento que vem adotando em relação ao pagamento ou não do ITCD.

8. RECURSOS DE PARCERIAS E CONVÊNIOS

Referem-se aos saldos dos recursos recebidos e ainda não aplicados relativos aos Convênios firmados pelo Instituto. Caso venham a existir saldos remanescentes desses recursos após a conclusão do Convênio, estes serão devolvidos no momento da prestação de contas.

Estão demonstrados pelo valor original dos recursos recebidos, acrescidos de rendimentos de aplicações financeiras e deduzidos dos valores já gastos.

O saldo a aplicar em 31 de dezembro de 2016 está representado por:

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Plano Anual	4.772.349	7.646.355
Contrato de Gestão	2.362.496	(101.070)
ICMS	334.221	11.931
ISS	313.188	-
	<u>7.782.254</u>	<u>7.557.216</u>

Plano Anual

Trata-se de recursos da Lei Rouanet, cujo principal objetivo é o planejamento e desenvolvimento das atividades a serem realizadas no MAR - Museu de Arte do Rio em 2016. A partir das diretrizes curatoriais e de acordo com o conceito atual dos grandes museus que possuem espaços expositivos e didáticos integrados com as atividades que desenvolvem, foi elaborado um cronograma das exposições, atividades da Escola do Olhar, publicações e ações de conformação de acervo. O valor recebido pelo Instituto em 2016 foi de R\$ 7.162.809 (R\$ 7.809.000 em 2015).

Contrato de Gestão

É um contrato assinado com a Prefeitura do Rio de Janeiro, garantindo em termos administrativos e conceituais, as condições necessárias para o pleno desenvolvimento do programa do MAR – Museu de Arte do Rio. Esse modelo de gestão prima pela agilidade dos processos, transparência e eficiência, contribuindo para a sustentabilidade e longevidade das transformações culturais. O valor recebido pelo Instituto em 2016 foi de R\$ 14.043.068 (R\$14.996.910 em 2015).

ICMS – Mar na Academia

Trata-se de um projeto Estadual referente ao “*Projeto Seminários MAR na Academia*” que buscou estimular a participação da universidade no projeto do MAR e alcançou este objetivo por meio de parcerias com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense, além de diversos convidados de outras instituições universitárias nacionais e estrangeiras. Este projeto contribuiu significativamente para o fortalecimento da Escola do Olhar e da Cidade do Rio de Janeiro como locais da reflexão teórica. Os temas apresentados nos seminários e cursos atraíram muitos interessados e foram capazes de gerar grande retorno de mídia. Foram 12 ações entre seminários internacionais e cursos de curta e média duração, que atenderam aproximadamente 1.800 pessoas. O valor recebido pelo Instituto em 2015, ano em que iniciou o projeto, foi de R\$ 299.976 e o projeto foi encerrado em 2016.

ICMS – Leopoldina

O projeto é uma exposição cuja a mostra se organiza a partir de uma figura histórica, a Princesa Austríaca Leopoldina, casada com o Príncipe Dom Pedro, que viria a ser imperador do Brasil. A exposição que ocupou o andar dedicado a cidade do Rio de Janeiro para atendimento dos públicos adulto, juvenil e terceira idade. O valor captado em 2016 foi de R\$ 250.000. O saldo remanescente deste projeto em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 274.

ICMS – Escola do Olhar

Com o objetivo de desenvolver a grade de atividades a serem realizadas no período de agosto de 2016 a abril de 2017, o projeto compreende sete grandes programas a saber: (1) Visitas educativas, (2) Formação com professores, (3) Arte e cultura visual, (4) Território e acessibilidade, (5) Formação e residência, (6) Biblioteca e Centro de Documentação e (7) Programação Cultural.

O programa prevê a realização de alguns tipos de ações: visitas mediadas, cursos, oficinas, palestras, seminários, encontros, apresentações artísticas a partir de questões trazidas pelo acervo do MAR, exposições e núcleos de pesquisa artística e cultural do museu e pela curadoria social, que tem como objetivo: construir um programa educativo a partir da relação com o público visitante, professores, educadores das escolas públicas, comunidades e universidades do entorno. O valor captado para o projeto foi de R\$ 400.000. O saldo remanescente deste projeto em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 333.947.

ISS – Mar na Academia

Igualmente ao projeto do ICMS, também foram aprovados na lei de incentivo municipal (ISS) dois projetos MAR na Academia, sendo um para o período de 2014/2015 e outro para o período de 2015/2016.

Ambos os projetos foram executados no ano de 2016 sendo sete atividades entre seminários internacionais, cursos e palestras atingindo um público de 1.425 pessoas.

O valor total captado no projeto ISS Mar na Academia 2014/2015 foi de R\$ 19.749 e do projeto ISS Mar na Academia 2016/ 2016 foi de R\$ 450.000. O saldo remanescente deste projeto em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 289.293.

ISS – Noés

Trata-se de projeto referente a temporada de estreia e circulação do espetáculo teatral Noés na cidade do Rio de Janeiro, com realização de 24 apresentações, englobando aspectos sociais, ambientais, de acessibilidade e de democratização do acesso à cultura, considerado também o lançamento de um novo dramaturgo na cena teatral brasileira favorece a ideia e realização do projeto. Entendendo que o contexto atual também nos traz a reformulação da cena não só de produção teatral, mas também como de um novo público jovem, mais crítico, inserido em contextos de

profundas alterações combinadas com uma vontade crescente de participação, no momento sociopolítico intenso que vivemos no Brasil. O público atingido foi de 642 pessoas. O saldo remanescente deste projeto em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 23.895.

A seguir está demonstrada a conciliação entre Ativos e Passivos dos recursos dos Projetos para o exercício de 2016 e 2015:

ATIVO	CONTRATO DE GESTÃO		PLANO ANUAL		ICMS - ESTADUAL		ISS		TOTAL		R\$
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Caixa	34.402	26.456	-	-	-	-	-	96	34.498	26.456	
Banco	10.670	235.765	-	9.055	305	2	128	-	11.103	244.822	
Aplicações financeiras	5.720.877	2.531.854	4.904.259	7.637.300	335.336	11.929	335.670	-	11.296.142	10.181.083	
Estoques	168.607	-	-	-	-	-	-	-	168.607	-	
Adiantamento à fornecedores	-	2.635	-	-	-	-	-	-	-	2.635	
Imobilizado	74.849.099	50.615.196	-	-	-	-	-	-	74.849.099	50.615.196	
TOTAL	80.783.655	53.411.906	4.904.259	7.646.355	335.641	11.931	335.894	-	86.359.449	61.070.192	

PASSIVO	CONTRATO DE GESTÃO		PLANO ANUAL		ICMS - ESTADUAL		ISS		TOTAL		R\$
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Fornecedores	731.393	433.861	131.910	-	-	-	22.395	-	885.698	433.861	
Obrigações com pessoal	1.463.798	1.043.523	-	-	-	-	-	-	1.463.798	1.043.523	
Provisões	1.317.666	1.021.775	-	-	-	-	-	-	1.317.666	1.021.775	
Obrigações sociais e tributos	56.229	395.647	-	-	1.420	-	-	311	57.960	395.647	
Reembolso a pagar	2.974	2.974	-	-	-	-	-	-	2.974	2.974	
Recursos de projetos em execução	2.362.496	(101.070)	4.772.349	7.646.355	334.221	11.931	313.188	-	7.782.254	7.557.216	
Recursos de projetos - Imobilizado	74.849.099	50.615.196	-	-	-	-	-	-	74.849.099	50.615.196	
TOTAL	80.783.655	53.411.906	4.904.259	7.646.355	335.641	11.931	335.894	-	86.359.449	61.070.192	

9. PROVISÕES PARA INDENIZAÇÕES E CONTINGÊNCIAS

Uma provisão é contabilizada quando o Instituto possui uma obrigação constituída como resultado de evento passado, e é provável que recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões, quando necessárias, são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

O Instituto constituiu provisão para fazer face ao custo de indenização do pessoal alocado no projeto Museu de Arte do Rio (Contrato de Gestão N° 12.120/2012), e que seriam devidos ao final do contrato, se ocorrer. Tais custos são cobertos por fontes de recursos provenientes do Contrato de Gestão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, que é o responsável pela manutenção de todo o pessoal do Instituto. Tais custos dizem respeito aos valores envolvidos com demissões caso o Instituto encerre o projeto MAR – Museu de Arte do Rio. O valor da indenização refere-se ao montante de 50% do valor dos depósitos para o Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS e outras verbas indenizáveis, caso estes funcionários venham a ser demitidos ao final do Projeto. O valor da provisão varia de acordo com as alterações que geralmente ocorrem na folha de pagamento (admissões e demissões, aumentos de salários etc.).

O valor das provisões constituídas podem ser assim sumariadas:

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Aviso prévio indenizado	589.809	427.093
INSS	139.260	114.461
FGTS e 50% rescisório	543.729	480.221
	1.272.798	1.021.775

10. PASSIVOS CONTINGENTES

O Instituto remunera os seus diretores e tal fato poderia eventualmente ser considerado um empecilho para o gozo dos benefícios fiscais até a vigência da nova legislação em 14 de dezembro de 2015 (Lei Federal nº. 13.204). Os assessores jurídicos externos do Instituto foram consultados a respeito de riscos tributários relacionados a este assunto e emitiram Parecer com prognóstico de sucesso caso ocorra eventuais questionamentos a respeito. Com base neste prognóstico, não foi constituído provisão contábil para refletir inesperado desfecho judicial desfavorável ao Instituto, caso venha a existir.

11. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos. É vedado ao Instituto distribuir o superávit apurado em cada exercício, quando ocorrer, devendo este ser totalmente destinado à aplicação de recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

12. RECEITAS DE COORDENAÇÃO E CAPTAÇÃO DE PROJETOS

Referem-se à remuneração do Instituto sobre a prestação de serviços do Projeto Plano anual e ICMS. O Instituto é o responsável pela captação de recursos para seu próprio projeto e também pelo serviço de coordenação e geral. O valor da receita foi de R\$ 306.000 em 2016. (R\$ 258.999 em 2015).

13. CUSTOS E DESPESAS DE PROJETOS COM RECURSOS CONTRATO DE GESTÃO

	R\$			
	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado	Ajustes	31/12/2015
Despesas com pessoal	8.435.765	9.190.837	-	9.190.837
Despesas administrativas	6.820.051	8.832.686	2.140.000	6.692.686
Serviços de terceiros	1.921.340	2.532.137	-	2.532.137
	17.177.166	20.555.660	2.140.000	18.415.660

	R\$			
Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado	Ajustes	31/12/2015
Despesas com Pessoal				
Folha de pagamento e benefícios	5.693.324	5.506.995	-	5.506.995
Encargos	2.292.367	2.335.178	-	2.335.178
Provisões trabalhistas rescisórias (a)	394.942	1.163.685	-	1.163.685
Outras despesas (pulverizadas)	55.132	184.979	-	184.979
	8.435.765	9.190.837	-	9.190.837
Despesas administrativas				
Vigilância e segurança de bens e pessoas (b)	2.092.552	2.801.320	-	2.801.320
Aluguel, telefone, água e energia	835.623	1.259.875	-	1.259.875
Serviços prestados - Pessoa Jurídica (c)	33.727	522.872	-	522.872
Brigada de incêndio	509.218	438.935	-	438.935
Seguros	171.339	185.065	-	185.065
Provisão da COFINS 2015	96.479	141.924	-	141.924
Depreciação	2.611.087	2.599.921	2.140.000	459.921
Outras despesas (pulverizadas)	470.026	882.774	-	882.774
	6.820.051	8.832.686	2.140.000	6.692.686
Serviços de terceiros				
Limpeza predial	689.405	663.719	-	663.719
Prestação serviços - PJ (d)	441.146	1.091.907	-	1.091.907
Manutenção de ar condicionado e elevadore	289.891	317.082	-	317.082
Despesas com manutenção, conservação e limpeza	225.042	229.638	-	229.638
Comunicação e publicidade	41.616	55.357	-	55.357
Manutenção de sistemas	234.240	174.434	-	174.434
	1.921.340	2.532.137	-	2.532.137
	17.177.166	20.555.660	2.140.000	18.415.660

- a) Comparando as despesas de provisões trabalhistas rescisórias entre os anos de 2015 e 2016 percebe-se uma diferença significativa. Essa diferença foi motivada pelo reconhecimento em 2015 das despesas com provisões trabalhistas do exercício corrente de R\$ 484 mil, além das despesas de exercícios anteriores à 2015 no valor de R\$ 538 mil. Tais despesas não haviam sido reconhecidas pelo Instituto Odeon até aquele exercício. Em 2016, transitou-se pelo resultado apenas o valor correspondente ao seu período;

- b) Com o intuito de desonerar o Contrato de Gestão, o Instituto Odeon empreendeu esforços para obtenção de outras fontes de recursos para pagamento de suas despesas com esta rubrica. Nesse sentido, no ano de 2016 as despesas com Vigilância e Segurança passaram a ser custeadas também pela fonte de recurso do Projeto Plano Anual. Este fato pode ser visto na Nota explicativa nº 14;
- c) Até 2015 esta rubrica era custeada pelo Contrato de Gestão. O principal fornecedor era a Levisk Ltda, que prestava serviço de assessoramento e mapeamento de possíveis captações de novos projetos culturais ou novas possibilidades que viabilizavam a sustentabilidade do Instituto Odeon. A partir de 2016 o Contrato de Gestão não pôde mais arcar com essa despesa. Desse modo, o Instituto passou a realizar os pagamentos através dos recursos do Plano Anual. Tal fato justifica a variação negativa desta rubrica neste exercício; e
- d) Os serviços de terceiros com pessoas jurídicas foram mais elevados no ano de 2015 em face ao projeto contrato de gestão custear grande parte das despesas da atividade do museu, os gastos significativos correspondem à implantação de catracas e sistemas de bilheteria e serviços de curadoria pois em 2015 existia um curador específico para o MAR, sendo que o mesmo não ocorreu para o ano de 2016. O Contrato de Gestão no início dos trabalhos no Rio de Janeiro era a única fonte de renda do Instituto. Com o passar do tempo, outras fontes foram surgindo como a Lei Rouanet, projetos municipais de ISS, projetos estaduais de ICMS, doações diretas sem incentivos, locação de espaços e cessão de espaços. Essas novas fontes de recursos, inclusive, são metas no contrato de gestão com o objetivo de desonerar o repasse direto realizado pela Prefeitura, de modo que o recurso passe a ser um "fomento" ao invés de "sustento".

14. CUSTOS E DESPESAS DE PROJETOS COM RECURSOS DO PLANO ANUAL

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com pessoal	107.764	-
Despesas administrativas	6.496.194	5.305.455
Serviços de terceiros	1.562.536	2.050.436
	8.166.494	7.355.891

		R\$	
	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com Pessoal			
Estagiários	(a)	107.764	-
		107.764	-
Despesas administrativas			
Energia elétrica		1.325.203	1.196.044
Transporte de material		755.708	645.325
Seguro		616.897	488.440
Vigilância e segurança de bens e pessoas	(b)	628.413	-
Cenários		422.410	438.553
Locação de equipamentos		262.680	228.560
Materiais e equipamentos para montagem		794.174	703.536
Projeto museológico		184.326	178.710
Registro e documentação fotográfica		140.630	149.975
Remuneração para captação		100.000	124.379
Gestão financeira		144.000	115.000
Comunicação e Publicidade		340.887	325.436
Impressões		327.761	418.363
Veiculação e Mídia		175.803	150.827
Outras despesas (pulverizadas)		277.302	367.598
		6.496.194	5.530.746
Serviços de terceiros			
Curadoria		201.785	182.000
Grupo teatral		204.112	147.550
Pesquisa		65.607	123.515
Restauração e conservação		40.990	120.980
Coordenação geral		51.260	120.000
Coordenação de produção		46.000	120.000
Produtor		99.475	135.200
Professores e Palestrantes		191.379	183.416
Serviços Especializados		258.619	305.974
Serviços de Assessorias		306.036	274.134
Outras despesas (pulverizadas)		97.273	112.376
		1.562.536	1.825.145
		8.166.494	7.355.891

- a) Sempre em busca de desonerar o projeto Contrato de Gestão, o Instituto Odeon empreende esforços para obter novas fontes de custeio de suas despesas, um de seus resultados foi a aprovação da rubrica de estagiários no projeto plano anual de 2016. Por tal motivo o mesmo passou a realizar esses pagamentos; e
- b) Em 2016 os serviços de segurança foram custeados pelo Projeto Plano Anual. No ano de 2015 essas despesas foram custeadas exclusivamente pelo projeto Contrato de Gestão, o que justifica o aumento do saldo do período (Vide Nota explicativa nº 13 letra (b)).

15. GRATUIDADES

O item 19 da norma contábil ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, requer que o trabalho voluntário das entidades sem fins lucrativos seja reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, de forma a poder demonstrar o valor das operações da Entidade como um todo.

O Instituto permitiu que, a título de gratuidades, não fossem cobradas as visitas para todas as pessoas nos dias de terças-feiras, e em qualquer dia da semana para os alunos do ensino fundamental e médio, crianças com até cinco anos de idade, pessoas maiores de sessenta anos, moradores vizinhos do museu, professores da rede pública de ensino, guias turísticos, funcionários do museu e grupos em visita de vulnerabilidade social em visita educativa. Essas visitas totalizaram 188.157, e foram registradas considerando o valor do ingresso de R\$ 10,00 (2015 as visitas totalizaram 178.861 – R\$ 8,00).

16. ISENÇÃO FISCAL

A isenção fiscal é regulamentada por lei e é concedida às Entidades que cumpram os requisitos nela mencionados. O valor do imposto de renda e contribuição social calculada sobre a receita foi de R\$ 233.037 em 2016 (R\$ 122.262 em 2015).

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros do Instituto estão restritos aos valores das Aplicações financeiras, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado de acordo com o regime de competência.

18. GESTÃO DE RISCO

a) Risco de patrimônio

Os objetivos do Instituto, ao administrar o seu patrimônio, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno à sociedade, no contexto do seu estatuto.

Os bens do ativo imobilizado, necessários à realização das atividades do Instituto, pertencem à Prefeitura do Rio de Janeiro e à Fundação Roberto Marinho, que estão cedidos ao Instituto à título de comodato. Caso o Instituto deixe de exercer a sua atividade, estes bens, inclusive os da Fundação Roberto Marinho, serão devolvidos à Prefeitura do Rio de Janeiro.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade do Instituto liquidar as obrigações assumidas. O capital de giro de curto prazo em 31 de dezembro de 2016 é praticamente superior ao coeficiente 1 (um) o que significa que os recursos de curto prazo são suficientes para pagar os passivos de curto prazo, principalmente considerando que os recursos em Caixa e Equivalentes de caixa referem-se aos Projetos e são destinados a pagar a quase totalidade dos passivos que são a eles vinculados.

c) Risco de continuidade

Esse risco decorre de a possibilidade do Instituto não continuar a operar, caso não renove o Contrato de Gestão - MAR com a Prefeitura do Rio de Janeiro, o que inviabilizaria também a continuidade de outros Projetos relacionados diretamente com o MAR.

19. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2016 é assim demonstrada:

						R\$
Seguradora	Nº apólice	Bem Segurado	Início da vigência	Final da vigência	Valor em Risco	Valor coberto
Liberty Seguros	10-93-001.647-00	Responsabilidade civil dos administradores e diretores	15/12/2016	15/12/2017	-	5.000.000
AIG Seguros Brasil S/A	087372016010351000157	Responsabilidade civil geral	22/02/2016	22/02/2017	-	5.000.000
AIG Seguros Brasil S/A	087372016010196000059	Edifícios Máquinas, Móveis e Utensílios Danos materiais Lucros cessantes	22/02/2016	22/02/2017	53.500.000 3.947.700 16.620.000	61.602.700
Icatu Seguros	93.701.150	Seguro de vida em grupo	01/09/2016	31/08/2017	-	7.920.000
TOTAL					74.067.700	79.522.700

A Administração do Instituto entende que o valor da cobertura existente é suficiente para cobrir eventuais perdas com sinistros, caso venham a ocorrer.